

## FUNDAÇÃO ATLÂNTICO

### Nenhum Direito a Menos

As informações contidas neste boletim visam atualizar a categoria sobre as várias frentes de lutas e as medidas adotadas pelas entidades representativas – Sinttel/RS e AACRT, através do trabalho do Grupo Inter Entidades de Negociação Previdenciária - GINP – diante dos vários acontecimentos que estão afetando a vida dos trabalhadores telefônicos aposentados, aposentadas e pensionistas participantes do plano de previdência complementar, plano BrTPrev, na Fundação Atlântico. Um patrimônio construído ao longo de décadas pelos participantes, com o copatrocínio das empresas sucessoras da CRT, hoje Oi.



## Sinttel/RS e AACRT buscam garantir direitos dos aposentados telefônicos



### Uma crise muito mal explicada pela Oi

Como uma das maiores operadoras de telecomunicações do mundo, a primeira do país, com um faturamento bilionário e milhões de clientes, consegue a façanha de acumular R\$ 65,4 bilhões em dívidas e necessitar pedir socorro em um processo de recuperação judicial por não conseguir honrar seus compromissos financeiros?

Pois essa é a pergunta que ecoa hoje na cabeça dos milhares de

trabalhadores diretos e indiretos, terceirizados, quarteirizados, telefônicos aposentados e na cabeça do mercado de telefonia, dos clientes da Oi, que não sabem se terão a garantia de seus postos de trabalho, aposentadorias na Fundação Atlântico ou celulares funcionando nos próximos meses ou ano.

Uma crise que vinha sendo anunciada ao longo dos anos, apesar das sistemáticas mudanças em seu comando,

que com seus bônus milionários só contribuíram para afundar mais ainda a empresa.

Certamente a culpa não é do seu quadro de trabalhadores. Enquanto isso, o grupo empresarial da Oi busca, de todas as formas, amenizar o estrangulamento iminente através do Plano de Recuperação Judicial, editado em 29 de maio e já com vários ajustes e prorrogações, para os credores desta monstruosa dívida se habilitarem.

### Acordo com credores

Está em andamento a possibilidade de acordo para os credores interessados, conforme divulgação no *site* oficial da empresa. A Oi esperava enxugar o vasto quadro de pequenos credores, que representam a grande maioria. Inicialmente esta possibilidade foi suspensa por liminar, no final de junho, após recurso do Banco de Desenvolvimento da China. Mas, no dia 29 de agosto, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) anunciou a liberação da empresa para negociar com os pequenos credores. Nesse grupo, de maior quantidade absoluta, encontram-se pessoas físicas ou jurídicas implicadas, de modo que uma solução para esses casos torna a assembleia de credores sinalizada para início de outubro, menos complexa do ponto de vista logístico.

## Pressão da Anatel

Para piorar a situação, a Anatel, vinha ameaçando decretar intervenção ou caducidade da concessionária, ou seja, a falência da empresa, tendo inclusive realizado reuniões com outras operadoras como a Vivo, a Claro e a Tim, diante desta possibilidade. Após reunião de quase quatro horas com os controladores da Oi, neste 01 de agosto, o conselho diretor da Anatel disse que ficou mais aliviado com a atual situação financeira e operacional da empresa, conforme o presidente da agência Juarez Quadros que desta forma afasta, momentaneamente, a possibilidade de intervenção, devendo comunicar esta posição ao mercado, quando será detalhado o resultado da reunião.

## Habilitação da Fundação Atlântico

Hoje, a dívida histórica, em mais de R\$ 534 milhões corrigidos, da Oi com a Fundação Atlântico, do plano complementar BrTPrev, está devidamente reconhecida na lista dos credores habilitados. Mas isto só aconteceu após muita insistência e pressão exercida pelo grupo GINP, sindicato e associação dos aposentados, junto com a federação dos telefônicos Fitratelp, através de várias reuniões com a direção da Oi e da Fundação Atlântico, além de correspondências para a PREVIC, cobrando uma posição deste órgão fiscalizador. Também foi realizada a contratação de um escritório jurídico especializado (Escritório Barenco), do Rio de Janeiro, para fazer o acompanhamento dos desdobramentos do Plano de Recuperação Judicial da Oi. Foi a forma que as entidades encontraram para zelar pelos direitos dos aposentados e participantes do plano BrTPrev.



Estejam atentos aos comunicados do GINP - Grupo Inter Entidades de Negociação Previdenciária

# Proposta da Oi para saldar a dívida com a Fundação

Atualmente, já subordinado ao Regime Especial da Recuperação Judicial deferida à Patrocinadora pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, inclusive constando na respectiva Lista de Credores, para pagamento como crédito trabalhista da Fundação Atlântico, conforme proposta da Oi. A proposta prevê carência de 5 (cinco) anos para pagamento do principal, contados a partir da homologação judicial do plano e após, parcelas de amortização do principal em 6 (seis) parcelas anuais sucessivas, com atualização monetária do INPC + 5,5% ao ano, sendo que os juros e a atualização monetários incidentes ao longo dos 5 (cinco) primeiros anos, não serão pagos nesse período, sendo capitalizados ao valor principal.

Em seu comunicado oficial, a Fundação tranquilizou os participantes e assistidos, garantindo que esta proposta, não “interfere na rotina mensal de pagamento das Folhas de Benefícios aos Assistidos da Fundação Atlântico, tendo em vista que a atual situação patrimonial dos Planos de Benefícios garante a manutenção do respectivo fluxo de desembolso”.

Mesmo assim o grupo

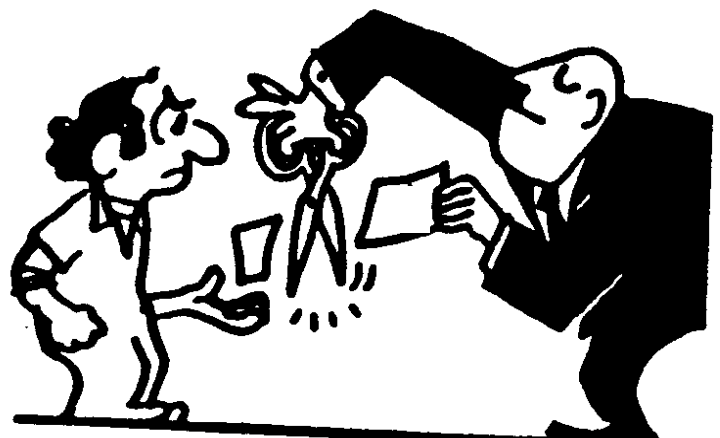
GINP, vem acompanhando através de avaliação atuarial e financeira o desdobramen-

to desse contexto judicial, para manter os Participantes e Assistidos atualizados.

**Enviamos CARTA à FUNDAÇÃO** cobrando esclarecimentos sobre o impacto da proposta no fluxo de caixa do plano BrTPrev para pagamento das aposentadorias, neste período dos 5 anos de carência e parcelamento da dívida em 6 anos subsequentes.

**Em resposta**, a administração da Fundação Atlântico afirmou estar “permanentemente atenta ao aspecto liquidez de todos os planos por ela administrados, em especial em relação ao Plano BrTPrev”.

**Mais ainda**, “o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Patrocinadoras já contempla, inclusive, o tratamento proposto para tais compromissos extraordinários de uma forma que, respeitadas as premissas exigidas pela Fundação, manterá hígida sua capacidade de honrar compromissos atuais e futuros...”





# Como está a Fundação e o nosso plano BrTPrev

Hoje, o Brasil vive uma grande crise econômica, com alto índice de desemprego, acrescida de crise política, rodeada de corrupção, que estão paralisando o país, e que também atingem os fundos de pensão e seus participantes e assistidos. Mesmo assim, podemos elencar algumas boas e más notícias sobre a Fundação.

## Boas notícias

\* O mercado dos fundos de pensão movimentam mais de R\$ 800 bilhões. Isto equivale a 12,6% do PIB brasileiro. São 307 entidades que administram mais de 1.100 planos de benefícios. A Fundação Atlântico está em 11ª lugar em investimento.

\* Outro ponto fundamental conquistado pelas entidades representativas dos telefônicos, através do GINP, vale lembrar, foi a homologação do TTJ – Termo de Transação Judicial –, em 2001, pelo qual ficaram ajustados os deveres e compromissos das empresas patrocinadoras, atuais e sucessoras como, por exemplo, a quitação do déficit atuarial e de qualquer insuficiência do plano saldado.

\* Conforme demonstram os dados dos balanços, há uma evolução positiva dos recursos garantidores das aposentadorias e benefícios do plano BrTPrev. Em 2011, estes recursos atingiam o montante de R\$ 1.562 bilhão, e no ano de 2016, chegou aos R\$ 2 bilhões. Isto sem contar, por enquanto, com a quitação da dívida da Oi, em torno de R\$ 541 milhões. Cabe lembrar, tal dívida já está habilitada na lista de credores do Plano de Recuperação Judicial da Oi.

Já a rentabilidade do plano, de 14,05%, ficou acima da meta atuarial de 13,30% medida pelo INPC + 5,5% de juros anuais. Além de manter investimentos positivamente conservadores, com 93% das aplicações em renda fixa e títulos da União.

## Pontos que ameaçam

\* O mercado dos fundos de pensão fecharam 2016 com déficit na ordem de R\$ 70,6 bilhões. Em 2012, este rombo era de R\$ 9 bilhões. Ou seja, um aumento de 700% em apenas quatro anos, numa demonstração clara de que algo não vai tão bem assim e que é necessário vigiar permanentemente esse mercado.

\* Outro tema que vem atormentando os aposentados, pensionistas e os trabalhadores que investiram ou investem os seus recursos em previdência privada é a crescente saída das empresas patrocinadoras de fundos de pensão, por conta da redução de gastos, ou da crise financeira, caso da Oi.

\* Conselheiros não confiáveis, podem quebrar um fundo, autorizando investimentos errados, de risco não controlado e que possam produzir prejuízos sistemáticos. Não é só o fundo de pensão dos Correios que fez investimentos com grandes prejuízos, nos últimos anos. O Funcef (fundo dos funcionários da CEF) e o Petros (da Petrobras) também contabilizam perdas. Sem falar dos planos de previdência privada. Muitos cobram taxas tão elevadas que não conseguem ganhar nem da poupança.

*Aposentados Telefônicos na  
Luta contra as Reformas*



# Provisório, não!

## Queremos a manutenção dos descontos

As entidades da categoria, Sinttel/RS, ASTTI E AACRT, foram notificadas pela Fundação Atlântico da sua decisão arbitrária e intempestiva de NÃO MAIS EFETUAR os descontos de mensalidades, planos de saúde, Rondinha, cartão Panvel, e outros descontos, na folha de pagamento da Fundação, já a partir de 30 de junho, apesar do direito individual de cada aposentado.

Desde então, vem sendo travada uma verdadeira luta em diversas instâncias administrativas, em várias reuniões com a Oi, Fundação e a nossa federação, a Fitratelp, para manter este

compromisso. Vale lembrar, que é contratual, constante desde o ajuste levado a efeito em 08 de março de 2004, por conta da incorporação da ex-Cia. Riograndense de Telecomunicações – CRT, pela Brasil Telecom, e que agora, no entanto, a Fundação quer simplesmente acabar com estes direitos dos aposentados.

Restou então a alternativa de levar esta luta para o campo jurídico, para garantir a manutenção deste direito irrevogável dos descontos na folha de pagamento mensal, evitando maiores prejuízos e transtornos para os aposentados e aposentadas.

### Notificação judicial

Este compromisso, que a Fundação tenta negar, está expressamente exposto no item 5.1 das “Garantias Gerais”: serão mantidos os descontos atualmente efetuados em folha de pagamento de benefícios, tais como Assistência Médica, mensalidades Sinttel/RS, Astti e Aacrt, seguro de vida e outros, exceto quando houver impedimento legal”.

Diante disso se buscou, através da notificação judicial para a Fundação, alertá-la da impossibilidade de proceder de forma unilateral a quebra deste contrato firmado em favor dos beneficiários e da reponsabilidade que possui perante os participantes e assistidos.

## Mantido na Justiça o direito ao desconto no contracheque

Diante do procedimento espúrio realizado pela Fundação Atlântico de Seguridade Social, interrompendo os descontos em folha referentes às mensalidades dos associados e, sobretudo, aos descontos em folha referentes ao plano de saúde, a AACRT e o Sinttel moveram uma ação judicial, através da Assessoria Jurídica, do Escritório do Direito Social, buscando a manutenção dos descontos para garantir o regular funcionamento do contrato firmado entre as partes.

Dia 26 de julho, os advogados Lucas e Ricardo, do escritório do Direito Social, conseguiram agendar uma reunião com a juí-

za da 17ª Vara do Foro Central de Porto Alegre, para esclarecimentos sobre o pedido da cautelar/liminar para manter os descontos nos contracheques dos aposentados, na Fundação Atlântico, conforme encaminhamento do GINP.

Após agenda inicial para as 14h, e por impedimento da juíza, a reunião foi transferida para as 16h30min. Ricardo fez os devidos esclarecimentos do pleito, com a contribuição dos demais, sobre os prejuízos já correntes pela medida unilateral da direção da Fundação Atlântico, para os participantes da Fundação, e para a Aacrt e Sinttel/RS.

A juíza da 17ª Vara Cível do

Foro Central, em análise preliminar, reconheceu a necessidade de manutenção dos descontos em folha enquanto se discute a legalidade do procedimento adotado pela Fundação. A juíza obrigou a Fundação a retomar os descontos em folha dentro do prazo máximo de 48 horas contados da ciência da decisão, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Desta forma, enquanto tramita a ação judicial, serão mantidos os descontos em folha referentes à mensalidade e ao plano de saúde nos exatos moldes que vinham sendo processados pela Fundação até a alteração inadvertidamente praticada.

## Cartão Panvel cancelado

Mais uma arbitrariedade da direção da Fundação Atlântico, foi o cancelamento unilateral do cartão Panvel. Este assunto só poderia ser tratado com o Sinttel/RS ou a AACRT, pois este convênio surgiu de uma negociação das entidades com a Fundação CRT. Por isso não pode ser vetado pela atual Fundação Atlântico, apenas com base da legislação que rege os limites de descontos no contracheque.

Este cancelamento arbitrário do convênio com a Panvel (cartão), certamente está causando constrangimentos nas filas das farmácias Panvel e dificultando sobremaneira os aposentados na lida com suas doenças, pois na hora de retirar o remédio fica sabendo que seu Cartão Panvel está bloqueado. “Esta

atitude pela diretoria da Fundação Atlântico foi uma maneira arrogante e sem a mínima consideração com o participante e o assistido da Fundação que, com muitas dificuldades, construíram este grande patrimônio. Por que não chamaram as entidades para conversar? Pois quem não sabe da história, não pode tomar uma atitude, que eu diria, até criminosa, pois o aposentado vai morrer por não ter acesso aos remédios. As responsabilidades têm endereço certo, pois este convênio foi uma tratativa com as entidades no passado, quando do fechamento da farmácia que era administrada pela Fundação CRT, quando da transferência da Sede da Fundação para Brasília”. Itamar Russo – Dir. Previdência – Sinttel/RS.

## Reunião do Grupo GINP

Os integrantes do GINP deliberaram em reunião a importância de focar o tema dos não descontos na folha de pagamento da Fundação, na reunião agendada para o dia 13 de junho com o senhor Pimentel, presidente da Fundação. “Também foram debatidos outros temas relevantes, como as eleições antidemocráticas para conselheiros na Fundação. Outro assunto que aflige o grupo é a mudança do perfil da dívida, que deixou de ser calculada atuarialmente, passando a ser financeira e, por último, a falta de garantia real da dívida”, relata Gilnei Porto Azambuja, presidente do Sinttel/RS.

Assim, nestes cenários, resta ao Sinttel/RS e à Aacrt permanecerem vigilantes e atuantes diante das várias alternativas para o desfecho final da crise da Oi, que poderá causar sérios danos ao trabalhadores ativos, terceirizados, aposentados e assistidos, bem como às entidades representativas da categoria.

**A LUTA CONTINUA. FIQUE SÓCIO E FORTALEÇA A NOSSA LUTA**